

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

## 2. Aprovação de atas

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Regras de funcionamento da AR - Regime de presenças em Comissões

### 3.2. Aprovação do Relatório da Audiência à Universidade Aberta - Apresentação da Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa

### 3.3. Aprovação do Relatório da Audiência à Universidade dos Açores – Compromisso com a Ciência e o Conhecimento.

### 3.4. Aprovação do Relatório da Audiência Docentes contratados das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado da Escola Artística António Arroio – vinculação extraordinária

### 3.5. Pedido de audiência de organizações sindicais de professores e educadores, sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores

## 4. Audição de Peticionários - [Petição n.º 546/XIII/4.ª](#) - Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima

- **Deputado Relator:** Duarte Marques (PSD)

## 5. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª](#) (PCP) - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço
- [Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada
- [Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª](#) (PEV) - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
- [Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª](#) (BE) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

## **6. Requerimento do GP do BE para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a equipa do Programa Exarp sobre a questão das praxes académicas**

- Apreciação e votação

## **7. Requerimento do GP do BE para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a problemática do assédio moral dos docentes convidados da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro**

- Apreciação e votação

## **8. Apreciação e votação de relatório final de petição**

- [Petição n.º 548/XIII/4.ª](#) - Solicitam a anulação imediata dos cortes nas vagas do ensino superior de Lisboa e do Porto.

## **9. Apreciação e votação de admissibilidade de petição**

- [Petição n.º 538/XIII/3.ª](#) - Exigem o cumprimento da lei no que respeita aos conselhos de turma, nomeadamente às reuniões de avaliação.
  - Apreciação da resposta ao pedido de aperfeiçoamento
- [Petição 563/XIII/4](#) - Solicitam a adoção de recomendação ao Governo com vista à revogação do Decreto-Lei 480/88, de 23 de dezembro.
  - Subscritores: 1590
  - Deputado relator: A indicar pelo PS

## **10. Aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa**

## **11. Outros Assuntos**

## **12. Data da próxima reunião**

- 18 de dezembro de 2018 – 15h00

---

## **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **2. Aprovação de atas**

As atas n.ºs 138, 139, 140, 141, 142 e 143, respetivamente, de 16, 17 e 23 de outubro, 2 e 7 de novembro e 4 de dezembro, foram aprovadas por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **3. Comunicações do Presidente**

### **3.1. Regras de funcionamento da AR - Regime de presenças em Comissões**

O Presidente da Comissão informou que de harmonia com a interpretação da Deliberação da Conferência de Líderes, para que um Deputado possa participar e votar numa Comissão de que não é membro, em representação do seu Grupo Parlamentar (GP), é necessário que se verifique a ausência do Deputado efetivo ou suplente que represente o GP e que haja uma comunicação do Deputado substituto à Mesa da Comissão, informando em que qualidade participa e vota, assinalando a folha de presenças da reunião.

Este Deputado substituto, em representação do seu GP, tem direito a receber despesas de representação e ajudas de custo pela presença nos trabalhos dessa Comissão e a falta a outros trabalhos parlamentares, para participar na reunião da Comissão de que não é membro, é anulada pela presença nesta.

Na sequência desta informação, não se registaram intervenções dos Deputados.

### **3.2. Aprovação do Relatório da Audiência à Universidade Aberta - Apresentação da Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa**

O relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### **3.3. Aprovação do Relatório da Audiência à Universidade dos Açores – Compromisso com a Ciência e o Conhecimento.**

O relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### **3.4. Aprovação do Relatório da Audiência Docentes contratados das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado da Escola Artística António Arroio – vinculação extraordinária**

O relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### **3.5. Pedido de audiência de organizações sindicais de professores e educadores, sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores**

Apreciado o pedido, foi deliberado realizar a audiência no dia 9/1/2019.

#### **4. Audição de Peticionários - [Petição n.º 546/XIII/4.ª](#) - Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima**

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação (identificada na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos da audiência.

Os peticionários referiram o seguinte, em resumo (a respetiva intervenção está disponível na [página da audiência](#)):

1. O número de turmas atribuído com contrato de associação não está conforme com o despacho respetivo;
2. Não foram atribuídas turmas para todas as crianças residentes em Fátima;
3. Há turmas com alunos com necessidades educativas especiais que têm 32 alunos;
4. Há mais de 150 alunos sem escola em Fátima;
5. Têm vindo a explicar a singularidade de Fátima, que se situa no limite de 4 concelhos;
6. O número de turmas deve assegurar a estabilidade dos alunos e famílias;
7. O limite de turmas aprovado originou turmas com mais de 30 alunos;
8. Há crianças que estão em instituições situadas em Fátima, por decisão do tribunal, e não têm vaga nas turmas atribuídas, pelo que as instituições têm de proceder ao seu transporte para fora da localidade;
9. Fátima é um centro económico em desenvolvimento, com muitas pessoas residentes e outras que vêm trabalhar para a localidade;
10. Em Fátima há 3 colégios com contrato de associação, que prestam um serviço de ensino idêntico ao dos estabelecimentos públicos e mais de 15.000 residentes, a que acrescem 22.500 habitantes que residem a menos de 5Km do centro de Fátima, que não têm escola pública;
11. O número de turmas autorizadas através dos contratos de associação diminui à medida que sobe o ano escolar, havendo mais turmas do 1.º ciclo, em contraposição com o 2.º e o 3.º ciclos;
12. Em comparação com Arruda dos Vinhos, com uma situação idêntica, Fátima tem menos turmas apoiadas atribuídas;
13. Solicitam que a Assembleia da República peça ao Governo o cumprimento da lei (resultante dos despachos de atribuição do número de turmas e do das matrículas, que determinou a inscrição na escola da residência), atendendo à especificidade de Fátima, e a atribuição do seguinte número mínimo de turmas: 9 para o 5.º ano; 9 para o 7.º ano; 8 para o 10.º ano; a revisão das turmas a nível do 7.º e 8.º anos, sendo que há turmas não abrangidas pelo contrato de associação.

O Deputado Duarte Marques (PSD), relator da petição, referiu que o problema se arrasta há 3 anos, tratando-se de escolas de qualidade, que têm participado no Programa Parlamento dos Jovens e o número de turmas disponibilizado é insuficiente. Realçou ainda que o Estado, por decisão de tribunais, coloca crianças em instituições de Fátima e as mesmas têm de ir estudar para fora de Fátima. Concluiu que as crianças residentes em Fátima não têm vaga nas turmas cobertas pelos contratos de associação e questionou o que é que o Ministério da Educação irá fazer no próximo ano.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que, em resultado da avaliação da rede para o presente ano letivo, o número de turmas dos 7º e 10º anos se manteve inalterado face ao ano letivo anterior. Mais expôs que houve uma diminuição de duas turmas do 5º ano, atendendo ao nº de alunos matriculados no 1º ciclo (4º ano).

Mais aludiu que a avaliação da rede é feita anualmente, na medida em que a atribuição do nº de turmas a financiar tem de ser ajustada ao nº de alunos inscritos, devendo existir muito rigor, dado estes contratos representarem um elevado financiamento por parte do Estado.

A Deputada Joana Mortágua (BE) defendeu que os critérios do despacho devem ser cumpridos e perguntou por que razão não há escola pública em Fátima. Indicou ainda que vão solicitar ao Governo que cumpra o despacho e em sede de Orçamento do Estado vão pedir que seja construída uma escola pública em Fátima, para haver uma universalização do ensino público.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) mencionou que aquilo que a petição pede é o cumprimento das regras do despacho de atribuição de turmas e do despacho que estabelece que as matrículas dos alunos devem ser feitas nas escolas da área de residência e realçou que o interesse a ter em conta é o das famílias e dos alunos. Realçou também que a situação não devia ter acontecido este ano, embora o Governo possa vir a corrigi-la no próximo. Informou ainda que o CDS-PP apresentou o [Projeto de Resolução n.º 1853/XIII](#), para ser discutido em conjunto com a petição.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que o interesse das famílias precisa de resolução atempada, pelo menos no próximo ano letivo e realçou que o problema de fundo é a falta de escola pública no local.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os peticionários referiram o seguinte:

1. Querem a estabilidade da rede;
2. Pedem o número de turmas necessário para dar resposta aos critérios fixados pelo Governo;
3. Os alunos que residem em Fátima não têm escola pública na localidade;
4. Há crianças colocadas em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) de Fátima e estas têm de pagar para os mesmos estarem nos colégios da localidade ou levá-los para escolas fora de Fátima, sendo que a escola pública nesta não tem vaga para eles;
5. Alguns alunos deixaram de ter vaga em Fátima e tiveram de se separar dos grupos a que pertenciam no ano anterior, com particular relevância no 3.º ciclo e no ensino secundário, sendo esta situação muito gravosa para os adolescentes;

6. Pedem mais turmas para se assegurar a estabilidade, realçando ainda que a indefinição cria instabilidade;
7. Todos os colégios e IPSS tiveram inspeções nos últimos 3 anos e não lhes foram feitas recomendações de melhoria;
8. As crianças institucionalizadas têm de ser distribuídas por várias turmas, não podendo ser constituídas turmas só com alunos nessa situação.

A gravação da reunião está disponível na [página da audição](#).

## 5. Apreciação na especialidade de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço
- [Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada
- [Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
- [Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

Adiado, a pedido do CDS-PP.

## 6. Requerimento do GP do BE para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a equipa do Programa Exarp sobre a questão das praxes académicas

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação do requerimento, referindo que se verifica uma violência estrutural nas praxes académicas e lembrando que no passado tinham sido apresentados Projetos de Resolução sobre a matéria e aprovada uma Resolução, que o Governo, em geral, cumpriu.

Mencionou depois que existe já um estudo denso sobre a matéria, é disponibilizado material informativo no início dos anos letivos, são desenvolvidas ações de acolhimento aos alunos e foi criado o programa [Exarp](#), “que pretende valorizar as práticas positivas de integração de estudantes no ensino superior e afirmar as suas instituições como farol do conhecimento na sociedade e nos locais onde se inserem”.

Assim, propôs que seja feito um debate sobre o trabalho feito nos 4 anos da legislatura e se faça a audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da equipa Exarp, para se fazer o balanço do processo desenvolvido e se equacionarem eventuais medidas futuras.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o tema tem feito um caminho interessante na sociedade, para tratar as tradições e afastar a violência nas praxes. Referiu depois que o PS

valoriza a iniciativa do BE e sugere que se faça a audição da equipa Exarp e depois se pondere a vinda do Ministro, se se justificar, até por economia de trabalho da Comissão.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) indicou que o tema é relevante e concordam com a reflexão e balanço, propondo que se comece pela equipa Exarp e depois se pondere a audição de outras entidades sobre o combate à violência.

O Deputado Luís Monteiro (BE) esclareceu que entendem que deve ser feita a audição do Ministro, porque a equipa do programa só dá execução às medidas adotadas pelo Ministério e por outro lado o BE fez uma investigação junto das instituições de ensino superior e sabe que só 1/3 decidiu cumprir a proibição de realização de praxes nas próprias instituições. Assim, reiterou que se faça a audição do Ministro e da Exarp, tendo acrescentado que as mesmas não são urgentes.

As Deputadas Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) informaram que votariam favoravelmente.

O requerimento foi aprovado, com os votos a favor dos Deputados do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção dos Deputados do PS. Foi depois consensualizada a hipótese de a audição do Ministro se fazer em conjunto com a audição regimental de 27/2/2019, com uma ronda autónoma de tempos.

## **7. Requerimento do GP do BE para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a problemática do assédio moral dos docentes convidados da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro**

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação do requerimento, enfatizando a necessidade de combate à precariedade e pedindo a vinda urgente do Ministro, que deve garantir que as normas vigentes se cumpram.

O Deputado Porfírio Silva (PS) defendeu que devia ser ouvido o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), e não o Ministro, para se pronunciar sobre os casos concretos de várias instituições.

Os Deputados Pedro Pimpão (PSD) e Ana Rita Bessa (CDS-PP) indicaram que não se opunham à audição do Ministro.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou que é importante perceber a posição da tutela e informou que não se opunham à vinda do Ministro.

O Deputado Luís Monteiro (BE) alertou que o CRUP iria informar que não se responsabilizava pela atuação de instituições concretas, pelo que a sua audição podia não esclarecer as situações.

O Deputado Porfírio Silva (PS) defendeu que para obviar a essa situação, o CRUP tinha de ser devidamente informado de que se pretendia a sua pronúncia em relação às situações idênticas à referida no requerimento que estejam a ter lugar nas várias Universidades.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e o voto contra dos Deputados do PS.

## 8. Apreciação e votação de relatório final de petição

- [Petição n.º 548/XIII/4.ª](#) - Solicitam a anulação imediata dos cortes nas vagas do ensino superior de Lisboa e do Porto.

O relatório final da petição foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 9. Apreciação e votação de admissibilidade de petição

- [Petição n.º 538/XIII/3.ª](#) - Exigem o cumprimento da lei no que respeita aos conselhos de turma, nomeadamente às reuniões de avaliação.

Em resposta ao pedido de aperfeiçoamento da petição, os peticionários informaram que desistiam da mesma. Nesta sequência, foi deliberado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, aceitar o pedido de desistência da petição, declarar a mesma finda e proceder ao seu arquivamento.

- [Petição 563/XIII/4](#) - Solicitam a adoção de recomendação ao Governo com vista à revogação do Decreto-Lei 480/88, de 23 de dezembro.

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade da petição foi deliberado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, admiti-la e pedir a pronúncia das entidades propostas.

## 10. Aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa

Verificando-se que nenhum Grupo Parlamentar tinha apresentado contributos para o Plano de Atividades, o Deputado Porfírio Silva (PS) informou que não o fariam e que consideravam que as atividades deviam ser reduzidas, sendo que de janeiro até ao final da Sessão Legislativa já havia pouco tempo, pelo que propunha que a Mesa da Comissão apresentasse uma proposta nesse sentido.

A proposta mereceu o acordo dos restantes Deputados.

## 11. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.



## 12. Data da próxima reunião

- 18 de dezembro de 2018 – 15h00

A reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

A handwritten signature in blue ink, reading "Alexandre Quintanilha". The signature is written in a cursive style with a large initial 'A'.

**(Alexandre Quintanilha)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Sónia Fertuzinhos  
Ângela Moreira  
Duarte Marques  
José Cesário  
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista  
Ivan Gonçalves  
Susana Amador

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ilda Araújo Novo